

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.** -----

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezoito reuniu, pelas vinte e uma horas, no Salão de Convívio da Comissão de Moradores de Vale de Água, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. **Expediente.**-----
2. **Atas.**-----
3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
- a) **2ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2018;**-----
- b) **2ª Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2018 a 2021;**-----
4. **ATIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos.-----

**Não compareceram os membros:** Jorge Manuel Mata Magrinho, Maria Emília Batista de Almeida e Ricardo Jorge da Cruz.-----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Senhor Jorge Manuel Mata Magrinho, eleito da CDU, se fazia substituir na reunião pelo Senhor João Filipe Teixeira Ludovico, eleito que se segue *imediatamente na ordem*

*da respetiva lista*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----  
**CUIDADOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Dinis Silva**, o qual, em **representação da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos de Santiago do Cacém**, referiu a falta de Cuidados de Saúde no Litoral Alentejano, informando que a Comissão de Utentes remeteu um comunicado à Assembleia Municipal e à população dando conta das muitas dificuldades existentes neste âmbito, nomeadamente a falta de médicos de família para cinquenta e dois mil utentes, a falta de médicos especialistas, enfermeiros e outros profissionais da Saúde. -----

Mais referiu que era preciso desenvolver ações que contrariem esta situação, apelando à participação na concentração que terá lugar no dia vinte e oito do mês em curso, junto ao Hospital do Litoral Alentejano, para defender o Serviço Nacional de Saúde com qualidade.-----

-----**SAUDAÇÃO DE BOAS VINDAS A VALE DE ÁGUA** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Rui Garvão, o qual enalteceu a realização da Sessão da Assembleia Municipal naquela localidade e agradeceu a presença dos eleitos nos órgãos autárquicos, desejando um bom trabalho à Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, agradeceu a presença e as intervenções dos munícipes.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**AGRADECIMENTO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES** -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, agradeceu à União de Freguesias de S. Domingos e Vale de Água, na pessoa da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Ana Maria Gonçalves, a cedência das instalações para realizar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de forma descentralizada.-----

-----**COMISSÃO DA SAÚDE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – BALANÇO DOS TRABALHOS.** -----

A Senhora Presidente deu conhecimento das ações desenvolvidas pela Comissão de Saúde designada pela Assembleia Municipal na Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018, nomeadamente a realização de três reuniões, o pedido de reuniões ao Senhor Ministro da Saúde, ao Senhor Ministro das Finanças, à Administração Regional de Saúde do Alentejo, à Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, aos Sindicatos dos Médicos e aos Sindicatos dos Enfermeiros. -----

Mais informou que no dia 25 do mês em curso terá lugar uma reunião com o Sindicato dos Médicos, em Grândola, e que aguardam resposta das outras entidades. ----- Acrescentou que foi também preparada a proposta de Resolução a submeter à Assembleia Municipal na presente reunião. -----

-----  
**Pelo Senhor Luís Silva do Ó, em representação dos eleitos do PS, foi a apresentada a seguinte proposta de “MOÇÃO: MOSTRA INTERNACIONAL DE TEATRO DE SANTO ANDRÉ.**-----

A mais recente edição da Mostra Internacional de Teatro de Santo André teve 5332 espectadores, com 48 sessões de teatro, 3 exposições e 3 *workshops*, percorreu 14 localidades diferentes, envolveu 15 companhias profissionais de teatro, incluindo 3 companhias internacionais, e os custos não chegaram a 70 mil euros. Em média, por sessão de teatro, a Mostra teve 189 espectadores em Vila Nova de Santo André! ----- Como é possível que o mais importante acontecimento cultural do concelho deixe de existir? -----

Citando o professor Mário Primo as opções das sucessivas maiorias CDU que lideram o nosso concelho são as principais responsáveis:-----

“A Câmara Municipal de Santiago do Cacém deu sempre um apoio financeiro manifestamente insuficiente (...).”“O poder local, mostra-se pouco consciente da importância da cultura para o desenvolvimento regional e confunde-a com uma agenda de festas e outras formas de ocupação do tempo livre e de divertimento das populações. Mas a "machadada final" foi a decisão da autarquia de não avançar para a construção do auditório municipal já prometido em 2005 e 2009 o que seria um estímulo para prolongar o esforço de organização da Mostra até lá”. -----

A cultura é um pilar essencial para o desenvolvimento da população do nosso concelho e nós vamos ficar muito mais pobres com este desfecho. -----

Nesta Assembleia Municipal manifestamos o nosso total desacordo e expressamos a nossa profunda preocupação pelo fim da Mostra e recomendamos à atual maioria CDU do executivo da Câmara Municipal para que reveja a sua decisão quanto à Mostra e avance na construção de um Centro Cultural em Vila Nova de Santo André. Manifestamos, igualmente, a nossa mais profunda solidariedade para com todos aqueles que ergueram estas 18 Mostras de Teatro e que construíram um sonho tão bonito quanto real.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a discussão, começando por conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual referiu estranhar a oportunidade da apresentação da Moção, tendo em conta que o anúncio da decisão da Ajagato, de não continuar com a Mostra Internacional de Teatro, tinha sido feito havia cerca de um ano, considerando que a motivação da mesma terá sido as recentes notícias dos jornais sobre o assunto. -----

Questionou, em seguida, se o apresentante da Moção tinha conhecimento da verba concedida pela Câmara Municipal para a iniciativa em causa. -----

O Senhor Luis do Ó referiu que o valor que tinha sido anunciado era inferior a cinquenta por cento do custo daquela iniciativa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a transferência de verba foi de vinte e oito mil euros e que foi reforçado o apoio com a aquisição de espetáculos. Acrescentou que todos os meses tem lugar espetáculos de teatro na Cidade de Santiago do Cacém e na Cidade de Santo André, para além daqueles que são realizados nas outras freguesias no âmbito do novo projeto daquela Associação, o “Em Cena”, os quais contam, desde o início, com o apoio da Autarquia. -----

Mais informou que, em dois mil e doze, a Câmara Municipal foi obrigada a reduzir o valor das transferências para o Movimento Associativo, devido a políticas de governos do PS e do Governo PSD/CDS que se seguiu, com duas exceções, a transferência para a Associação Ajagato e para as Associações de Bombeiros do Município, cujos montantes não foram reduzidos. Acrescentou que no mandato anterior, apesar dos cortes nas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, a Câmara Municipal reforçou o valor das transferências e os apoios às associações. -----

Informou também que a CDU não prometeu a construção de um Centro Cultural na Cidade de Vila Nova de Santo André, e tinha cumprido com a realização das obras no Auditório da ESPAM, o qual é utilizado por aquela Associação. -----  
Referiu ainda que os proponentes da Moção deviam questionar a Direção Regional da Cultura e o Ministério da Cultura sobre o montante que concedeu para aquela Mostra de Teatro, acrescentando que as críticas constantes na proposta de Moção deviam ser dirigidas ao Governo, lamentando a postura política ou partidária dos seus proponentes. O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Jaime Cáceres com competências delegadas na área da Cultura, para esclarecimentos adicionais sobre o assunto. -----

O Senhor Vereador Jaime Cáceres começou por referir que havia muitos anos que acompanhava a Mostra Internacional de Teatro, enquanto foi Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, acrescentando que a Câmara Municipal era a primeira apoiante da iniciativa, a qual também tinha o apoio da Junta de Freguesia, tendo estas autarquias reconhecido o trabalho da Associação e também a dos seu Presidente, Professor Mário Primo, através da atribuição de medalhadas de mérito da Freguesia e do Município. -----

Acrescentou que depois de a Associação ter decidido terminar com a Mostra Internacional de Teatro, por entender que o projeto estava esgotado, a Câmara Municipal mostrou toda a abertura para apoiar o projeto “Em Cena” que lhe foi apresentado pela mesma, levando o teatro a todas as freguesias, prosseguindo também com a aquisição de espetáculos, em datas relevantes. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém estava à vontade para falar de Cultura, tanto na vertente popular como erudita, lembrando nomeadamente que a Autarquia tem uma Escola de Música, cujo ensino é gratuito, apoia as Cestas de Cultura, o projeto Jazz Alentejo, dispõem de duas bibliotecas e apoia as iniciativas do Movimento Associativo do Município. -----

Relativamente à construção de um Centro Cultural na Cidade de Vila Nova de Santo André, referiu que era preciso conhecer a história daquela localidade, a qual começou por ser projetada para cem mil habitantes, posteriormente alterado para cinquenta mil, e mais tarde para trinta e três mil, tendo, atualmente, nove mil habitantes, considerando que a criação de infraestruturas tem que ter em conta esta realidade. Acrescentou que a Câmara Municipal tem sabido gerir esta situação, tendo optado pela realização de obras no Auditório da ESPAM, criando melhores condições para a realização de espetáculos de teatro, o que também é possível no Auditório Municipal António Chainho. -----

Mais referiu que nada impede que se continue a sonhar com a construção daquela e de outras infraestruturas para Santo André e para todo o Município, mas era preciso ser realista e ter em conta os recursos disponíveis, acrescentando que a Câmara Municipal continuará a procurar fazer o melhor para a população. -----

Interveio o Senhor David Gorgulho, eleito da CDU, referindo que gostaria de reforçar o que tinha sido dito anteriormente, repudiando o conteúdo da Moção, tendo em conta o apoio e o reforço da verba atribuída à Associação pela Câmara Municipal, ao longo dos anos, e a parceria existente entre as autarquias e a Ajagato, para um projeto diferente, o “Em Cena”. -----

Informou ainda que a Junta de Freguesia de Santo André foi colocada à vontade pela Ajagato no caso de ter que reduzir o apoio, mas a mesma fez questão de manter a verba atribuída, tendo em conta o trabalho desenvolvido pela Associação. -----

Acrescentou que a Oposição devia de ter em conta a história daquela Cidade e as novas necessidades que se colocam, para entender e valorizar o apoio da Câmara Municipal,

em vez de a criticar, devendo também ter em linha de conta o apoio da Autarquia ao novo projeto daquela Associação que leva o teatro a todas as freguesias. -----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, referindo que havia cerca de duas décadas que o Professor Mário Primo tinha pensado num Centro Cultural ou de um Auditório na região, a construir, em Santo André, tendo em conta que a dinamização do teatro teve início naquela Cidade, o que se deveu muito ao seu empenho no âmbito da Ajagato, exemplo que foi seguido por outras associações da região. Não tendo sido opção da Câmara Municipal a construção daquele equipamento. -----

Mais referiu que a questão do Centro Cultural, em termos de um projeto maior para a região, requeria recursos avultados e implicaria a formação permanente de actores, considerando que era um sonho, não sabendo se o mesmo era claramente utópico. Acrescentou que a questão que se colocava era a possibilidade de juntar todas as sinergias da região para concretizar um projeto mais ambicioso. -----

Referiu ainda que o Município, sendo litoral, também era interior, e que, apesar da Mostra Internacional de Teatro ter tido adesão nas diferentes freguesias, o público acabava por se esgotar, questionando se não seria possível a sua continuação, de uma forma mais modesta, de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal e com o eventual apoio de outros parceiros sociais. -----

Referiu também que a construção do Auditório na Cidade de Santo André era defensável, antes da construção do Auditório Municipal António Chainho, sendo que, atualmente, dependia da vontade política, no sentido de se apostar num projeto mais ambicioso, intermunicipal ou regional, englobando a formação, enquadramento e dinamização. -----

Referiu também que compreendia a proposta de Moção dos eleitos do PS, mas gostaria de questionar, se os mesmos equacionavam a possibilidade de apoiarem um projeto da envergadura daquele que atrás referiu. -----

Interveio o Senhor Luís do Ó, esclarecendo que o texto que tinha citado na proposta de Moção era de um artigo de opinião do Professor Mário Primo. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referindo que todos os apoios que possam ser dados serão insuficientes, tendo em conta a relevância daquela iniciativa. Acrescentou que a Mostra Internacional de Teatro transcendia Santo André e que, com muito orgulho, a costumava dar como exemplo de um dos bons eventos que se realizavam no Litoral Alentejano, a par das Músicas do Mundo, em Sines, considerando que eram as melhores iniciativas da região, pelo que, via com muita tristeza a sua perda, dado que podia ser uma janela aberta do Município para o País e uma porta aberta para o mundo. Acrescentou que acompanhava o trabalho da Ajagato, havia dezoito anos, na qual as suas filhas participavam, apelando à sensibilidade de todos para que seja feito um esforço no sentido de não deixar que a Mostra Internacional de Teatro acabe. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Autarquia nunca desvalorizou o projeto da Mostra Internacional de Teatro, nem deixou de o apoiar, desde o seu início.-- Lembrou ainda que a Autarquia aumentou o apoio à Ajagato, mesmo quando recebeu menos transferências do Orçamento de Estado. -----

Mais referiu que teve a oportunidade de ler os editoriais do Professor Mário Primo, publicados no jornal “O Leme”, e a notícia publicada no jornal Correio da Manhã sobre o assunto, sendo que, esta não refletia o que foi transmitido pela Câmara Municipal. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal não podia interferir na decisão da Associação, de terminar a Mostra Internacional de Teatro, embora a lamentasse, sendo que, a mesma apresentou à Câmara Municipal um projeto alternativo, o “Em Cena”, a desenvolver nas freguesias, o qual tem também o apoio da Autarquia. -----

Mais referiu que havia duas semanas que tinha tido lugar, em Santo André, um debate sobre o futuro da Cidade, no qual o professor Mário Primo interveio, tendo referido que não conhecia outro Município onde houvesse teatro todos os meses, e que o mesmo se devia à parceria entre a Ajagato e a Câmara Municipal.-----

Referiu ainda que a CDU nunca prometeu a construção do Auditório naquela Cidade e que, em dois mil e treze, havia a consciência de que o projeto elaborado, em dois mil e doze, com um custo estimado de seis milhões de euros, não era possível concretizar, tendo em conta os cortes financeiros e a redução de pessoal a que a Autarquia foi obrigada, não dispondo a mesma de uma estrutura técnica para o funcionamento do mesmo.-----

Informou que o atual Quadro Comunitário de Apoio não prevê o financiamento para este tipo de equipamentos, sendo que, a Câmara Municipal aproveitou o facto de no anterior QCA estar prevista a possibilidade dos municípios se candidatarem à construção de auditórios, para cinema, nas sedes dos mesmos, não prevendo o financiamento de espaços para teatro. Acrescentou que apesar do palco do Auditório Municipal António Chainho ser relativamente pequeno, tem sido possível realizar ali sessões de teatro, e sempre com sala cheia, o mesmo no que se refere às sessões de cinema, com mais de mil e cem espectadores, no total das sessões, em alguns fins de semana. -----

Concluiu, referindo que a opção legítima de terminar com a Mostra de Teatro foi da Associação Ajagato e não foi tomada, seguramente, por falta de apoio da Câmara Municipal que, ao longo dos dezoito anos do projeto, foi aumentando a verba atribuída, tendo também investido para melhorar as condições no Auditório da ESPAM.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezasseis votos contra, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Ludovico, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Cinco abstenções, sendo quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

Seis votos a favor, dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva.-----

-----  
**Pela Senhora Teresa Alves, em representação da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, foi apresentada a seguinte proposta de Resolução:-----**

-----**“RESOLUÇÃO-----**

**Pelo direito a Cuidados de Saúde na Unidade de Saúde Local do Litoral Alentejano. -----**

A Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 64.º - Saúde, na sua redação atual garante que “*Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover*” e que esta proteção é realizada “*(...) através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito*” e que incumbe ao estado “*garantir o acesso de*

*todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.*-----

Já a Lei de Bases da Saúde, no seu Capítulos III, Base XXIV, caracteriza o Serviço Nacional de Saúde por universal, tendencialmente gratuito e com equidade no acesso.----  
Porém, quatro décadas desde o seu início, o Serviço Nacional de Saúde apresenta lacunas graves na equidade de acesso, agravadas ao longo do tempo no Litoral Alentejano. -----

A Unidade de Saúde Local do Litoral Alentejano, E.P.E. (ULSLA), atingiu o limiar da rutura, que limita o acesso da população a cuidados de saúde, condignos, especialmente devido ao défice crónico de profissionais médicos, profissionais de enfermagem, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais e assistentes técnicos. -----

Neste momento a carência dos profissionais de enfermagem e de técnicos operacionais, levou ao encerramento de cerca 30 camas em várias valências, já elas deficitárias, situação que coloca os utentes em risco acrescido, por vezes internados em condições provisórias e precárias no Serviço de Urgência. -----

Os profissionais médicos em funções na ULSLA representam neste momento em cerca de 50% do estimado necessário para responder adequadamente à população. Tal situação coloca em causa a idoneidade formativa do Hospital do Litoral Alentejano (HLA) que garante a capacidade da instituição formar novos especialistas. -----

Os profissionais que estão a trabalhar têm uma carga de horas que se traduz em alguns casos em absentismo ao serviço por sobrecarga/esgotamento. -----

A estas preocupações acresce a sazonalidade da época balnear que se aproxima, sendo que o aumento da população coloca superior pressão nos serviços de saúde. -----

A grave situação em que se encontra a prestação de cuidados de saúde têm levado a manifestações de desagrado por parte da população e autarcas dos cinco municípios do Litoral Alentejano, traduzindo-se isso em manifestações públicas das quais se destaca a Resolução aprovada pelos utentes, trabalhadores e autarcas na última concentração do dia 6 de abril de 2018.-----

**A Comissão de Saúde reunida a 18 de maio de 2018:** -----

**Solicita uma reunião com carácter urgente, com o Sr. Ministro da Saúde e o Sr. Ministro das Finanças, a fim de resolver estes problemas de saúde que há tantos anos se arrastam na região do Alentejo Litoral.**-----

**Os membros da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém exigem que o Ministro da Saúde/Ministro das Finanças, dê despacho favorável à resolução do exposto:** -----

**- Médico pediatra de apoio ao Serviço de Atendimento à Criança Doente 24h/365 dias;**-----

**- Admissão imediata de Enfermeiros, Médicos, Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos;** -----

**- Restabelecimento da totalidade de vagas dos vários serviços do HLA;** -----

**- Criação de condições para o cumprimento dos tempos máximos de resposta nas consultas, cirurgias e exames complementares de diagnóstico das várias especialidades, como Cardiologia, Gastroenterologia, Urologia, entre outras;** -----

**- Construção do Centro de Saúde de Santiago do Cacém;** -----

**- Beneficiação da Extensões de Saúde de Vila Nova de Santo André.”** -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de **Resolução** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual **foi aprovada, por unanimidade.**-----

**Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----**

**----- “MOÇÃO -----**

**----- 20 de junho – Dia Mundial dos Refugiados -----**

No mundo existem mais de 68 milhões de pessoas que são refugiados como resultado dos conflitos e perseguições nos seus países.-----

Todos os estados que se comprometeram com a Convenção de Genebra, obrigam-se a receber refugiados, não é uma opção, não é uma escolha, mas antes uma obrigação ética, moral e legal, que os países optaram por subscrever em 1951 e com a qual estão comprometidos.-----

Nos últimos dias, centenas de emigrantes foram socorridos no Mediterrâneo, três países europeus formaram um eixo contra a imigração ilegal e a administração de Donald Trump tomou medidas duramente extremistas e agressivas contra as famílias clandestinas, em que separam os filhos dos seus progenitores. Nas palavras de Barack Obama “No mundo de hoje, uma nação cercada por muros acaba por ser prisioneira.”---- António Guterres salientou-nos esta semana numa conferência de imprensa, que “os países têm o direito de adotar as suas próprias políticas de migração, desde que respeitem os direitos humanos dos migrantes e que isso seja feito de forma em que a cooperação internacional seja relevante.”-----

Necessitamos de estar juntos com todos aqueles que, estando sozinhos, são exemplos de histórias de resiliência, perseverança e coragem. Devemos juntar a nossa voz e solidariedade com todos aqueles que não têm acesso à proteção que necessitam. Calando-nos, tornamo-nos cúmplices deste atentado à dignidade humana.-----

Como afirmou Martim Luther King, “Aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos”, recordamos ainda o Secretário Geral da ONU, António Guterres, que nos questiona sobre o que faríamos se fôssemos forçados a deixar a nossa casa? -----

**A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 22 de junho de 2018 delibera:-----**

**- Repudiar todas as formas de discriminação e agressões para com os refugiados. ---**

**- Expressar a nossa solidariedade para com os refugiados e as comunidades que os acolhem.-----**

**Que esta moção seja enviada para conhecimento da Embaixada dos Estados Unidos da América, em Portugal, à ONU e à Comunicação Social.”-----**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referindo que considerava um crime aquilo a que se tinha assistido nos últimos dias através das televisões, nomeadamente a recusa de acolher os emigrantes, por parte dos EUA, pelo que, subscrevia o teor da Moção apresentada.-----

O Senhor José Neves referiu que a Moção também devia ser remetida à Embaixada de Itália, tendo em conta o facto do Governo Italiano não ter permitido que um navio com refugiados, em perigo no mar, atracasse nos portos daquele país.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que este era um problema de toda a Europa e que o facto de Itália receber muitos refugiados não justificava a posição extrema que tomou, no caso dos refugiados à deriva no mar.----

Acrescentou que o texto da Moção era equilibrado, mas considerava que havia outros países no mundo com sérios problemas com a questão dos refugiados, como era, actualmente, o caso do Brasil com os refugiados da Venezuela.-----



Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, com a inclusão, do envio da mesma “ **à Embaixada de Itália**”, com a anuência da proponente, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

**Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:** -----

**“VOTO DE PESAR** -----

É com sentido pesar que assinalamos o falecimento de António Arnaut. -----

Deixou um enorme legado a todos nós. Foi Ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional, liderado por Mário Soares e foi nessa qualidade, criador do Serviço Nacional de Saúde em 1979, justamente considerado o “pai”, dessa enorme conquista do Portugal Democrático, tendo lutado até ao fim, pela defesa dos serviços públicos de qualidade. O SNS português é ainda hoje, uma referência para todo o mundo. Segundo o próprio o Serviço Nacional de Saúde foi o seu “melhor poema”. -----

Com o desaparecimento de António Arnaut, o Partido Socialista, perdeu um camarada querido por todos, fundador e Presidente Honorário do Partido. O Partido Socialista perdeu uma das suas maiores referências pela sua verticalidade e postura ética. -----

O País perde também um homem de atitude inconformista perante as injustiças da sociedade e foi lutando contra essas injustiças que foi construindo o seu percurso de vida, advogado de méritos reconhecidos, político de convicções e lutador antifascista, foi ainda escritor de grande sensibilidade. -----

António Arnaut, nasceu em Cumeeira, concelho de Penela, distrito de Coimbra, em 28 de janeiro de 1936 e faleceu em Coimbra a 21 de maio de 2018. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, manifesta profundas condolências à Família e amigos, assim como ao Partido Socialista.” -----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referiu lamentar que muitas medidas propostas por António Arnaut não estivessem a ser cumpridas. -----

**O Voto de Pesar foi aprovado, por unanimidade.**-----

**IMAGENS DO MUNICÍPIO E DAS SUAS GENTES AO LONGO DO TEMPO –  
- EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA** -----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionou sobre a forma como foi feita a publicitação do pedido de cedência de fotografias aos munícipes, quantas fotografias foram recebidas, quais os critérios e quem procedeu à seleção das fotografias expostas, bem como o custo da Exposição e o destino que vai ser dado às fotografias depois de terminada a iniciativa. -----

O Senhor Presidente referiu que não tinha presente a informação solicitada, sugerindo que a mesma fosse apresentada, por escrito, para que os Serviços possam disponibilizar os dados em causa. -----

Mais referiu que se tratava de um projeto importante do ponto de vista cultural e também para o turismo, o qual tem sido felicitado por várias pessoas. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Jaime Cáceres, com competências delegadas na área da Cultura, o qual referiu que se tratava de uma Exposição que dignificava Santiago do Cacém, através da vivência do seu Povo, a qual compreendeu custos diminutos com a reprodução das fotografias e a montagem da Exposição, tendo a recolha das fotografias sido feita por técnicos municipais.-----

Mais referiu que se tratava de uma Exposição que era digna de ser visitada, convidando todos os eleitos a fazerem o percurso pelos locais históricos da Cidade de Santiago do Cacém onde as fotografias estão expostas. -----

Interveio a Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, referindo que tinha feito o percurso daquela Exposição, com a qual tinha ficado deslumbrada, felicitando a Câmara Municipal pela iniciativa, a qual considerou uma mais-valia para o Município. Acrescentou que o desdobrável relativo à mesma estava bem feito e que a Exposição era apelativa para ser visitada por grupos e individualmente, pelo que, iria promover uma visita com os seus alunos, para lhes dar a conhecer a História da Cidade, através dos monumentos onde as fotografias estão expostas. -----

A Senhora Dulce Rito referiu que não tinha dito nada em contrário relativamente à importância da Exposição, tendo colocado questões sobre a mesma, acrescentando que a resposta lhe pode ser dada, tendo em conta que as questões serão registadas em ata. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que era de realçar aquela iniciativa, acrescentando que considerava uma boa sugestão a realização de uma visita conjunta dos eleitos, a programar. -----

#### **MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – LIMPEZA DE ÁRVORES QUE TIRAM A VISIBILIDADE A ALGUNS MONUMENTOS. -----**

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, chamou a atenção para as árvores que impedem a visibilidade de alguns monumentos, nomeadamente da Igreja Matriz e da Capela de S. Sebastião. -----

Interveio o Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, referindo que o problema da Cidade de Santiago do Cacém não era o excesso de árvores, considerando que as mesmas eram necessárias para o ambiente, pela sua sombra e frescura e pela mudança na paisagem ao longo do ano. -----

A Senhora Dulce Rito esclareceu que a sua intervenção não foi no sentido do corte das árvores, mas sim dos ramos daquelas que encobrem os monumentos, até porque, considerava que havia falta de árvores nas ruas da Cidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta questão ia ser vista. -----

#### **MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – LIMPEZA DAS BERMAS DAS ESTRADAS. -----**

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionou sobre a limpeza das bermas das estradas no Município, referindo nomeadamente a via entre a Cidade de Santiago do Cacém e S. Domingos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Autarquia tem em curso uma intervenção na limpeza das bermas das vias municipais, com a colaboração das juntas de freguesia. -----

Mais esclareceu que a via referida era da responsabilidade da Administração Central, dado que se tratava de uma Estrada Nacional. -----

A Senhora Dulce Rito referiu o facto das bermas do IC23 terem sido limpas no Município de Grândola, o que não aconteceu no Município de Santiago do Cacém, acrescentando que a Câmara Municipal devia insistir com os responsáveis para o fazerem, dado que se trata de uma via nacional. -----

#### **MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM - ELIMINAÇÃO DE PRAGA DE POMBOS. -----**

A Senhora Dulce Rito perguntou se não havia a possibilidade de colocar um produto na água para os pombos que inibisse a sua intensa reprodução na Cidade de Santiago do Cacém. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tem sido desenvolvidas ações para capturar os pombos, colocando armadilhas nos prédios devolutos onde se acolhem, contando para o efeito com a colaboração dos seus proprietários. Acrescentou que a situação está melhor, embora o problema persista, e não só na Sede do Município, pelo que, o trabalho irá prosseguir no sentido da sua resolução.-----

**CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – OBRAS NA RUA CAMILO CASTELO BRANCO E NA RUA DO HOSPITAL.** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que aquela Rua estava interdita ao trânsito, havia cerca de três meses, devido a obras que era suposto estarem concluídas no mês de maio, questionando sobre o motivo deste atraso. -----

Mais referiu que se tratava da principal entrada no Centro Histórico, o qual nesta altura do ano recebe muitos visitantes e que aquelas obras dificultam o acesso ao mesmo e causavam muito transtorno às pessoas que ali residem. -----

Referiu também que as obras na Rua do Hospital estavam em curso, havia quase um ano, causando muitas dificuldades de circulação, sendo que, existiam ainda constrangimentos no final da mesma, questionando para quando estava prevista a sua conclusão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquelas obras estavam a ser executadas por Administração Direta e que o seu início foi previsto para o final do inverno, por causa das chuvas, sendo que, no ano em curso, começou a chover no início da primavera, acrescentando que surgiram também situações imprevistas que foi necessário corrigir, as quais resultaram do facto de não existir cadastro das obras da rede de saneamento básico efetuadas nas décadas de quarenta e cinquenta do século passado, para além dos trabalhadores terem, por vezes, de dar resposta a situações urgentes de roturas no Município, sendo estas as principais razões para o atraso na conclusão das obras.-----

Mais referiu que a Câmara Municipal decidiu não adjudicar aquelas obras, optando pela sua execução por Administração Direta, sendo esta uma opção política da Câmara Municipal, contando também, nalguns casos, com a colaboração das juntas de freguesia.

Informou ainda que as obras estarão concluídas a breve prazo. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que enaltecia o facto de serem os trabalhadores da Autarquia a realizar as obras, mas não a demora na sua concretização, acrescentando que, sendo as mesmas executadas por Administração Direta, não era possível obrigar ao cumprimento dos prazos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a realização de obras por Administração Direta era, efetivamente, uma opção política do Executivo Municipal, de valorização dos trabalhadores da Autarquia. Acrescentou que a Câmara Municipal não tinha trabalhadores com vínculo precário, e que, se não fosse a imposição do anterior Governo PSD/CDS, de não contratação de pessoal, a Câmara Municipal teria realizado ainda mais obras desta forma. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, referindo que a questão das obras na Cidade de Santiago do Cacém merecia um debate profundo e alargado. -----

Mais referiu que as obras na Rua Conde Ferreira e do Hospital Conde do Bracial tem infernizado a vida das pessoas que ali residem, causando problemas de circulação e inundações de algumas caves de habitações. Acrescentou que falta ainda colocar algum

material betuminoso no pavimento, e que os passeios ficaram muito altos e a via demasiado estreita, o que irá dificultar a circulação de veículos de maior porte. -----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Rua Conde Ferreira e do Hospital Conde do Bracial têm um sentido único. -----

**CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – SOCIEDADE HARMONIA - OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO EDIFÍCIO – PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA.** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que, a propósito da importância de preservar a memória relativamente ao passado com base nos documentos de arquivo, ainda durante a vida das pessoas e/ou dos seus familiares, como era o caso da Exposição atrás referida, a qual enaltecia, recordou a questão das obras da Sociedade Harmonia, matéria protocolada com a Câmara Municipal, cujo projeto previa um espaço moderno para teatro e cinema, sendo que, na altura, a Câmara Municipal avançou com a construção do Auditório Municipal, não tendo sido possível, até agora, restaurar aquele edifício, o qual necessita de obras profundas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Autarquia assumiu a execução do projeto das obras de beneficiação daquele edifício, o qual teve um custo de cem mil euros, sendo que, não foi possível avançar com a candidatura aos Fundos Comunitários para a realização das obras, dado que não se trata de um edifício municipal, ao contrário do edifício do Auditório Municipal. -----

Acrescentou que, se a Sociedade Harmonia tiver a oportunidade de apresentar uma candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio, a Câmara Municipal participará, tal como está a fazer para outros equipamentos no Município. -----

Concluiu, referindo que a conservação daquele edifício é muito importante para o Município, assim como outros edifícios históricos da Cidade, mas é necessário que haja meios financeiros para a sua concretização. -----

**VISITA DOS DEPUTADOS DO PARTIDO COMUNISTA AO MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO.** -----

Pelo Senhor Francisco Pereira, em representação dos eleitos da CDU, foi dada a seguinte informação: “ O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, esteve no Litoral Alentejano nos dias 7 e 8 de junho, no âmbito das Jornadas Parlamentares. Visitaram os cinco Concelhos, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira. -----

Em Santiago do Cacém, visitaram as Ruínas de Miróbriga, as obras inacabadas do IP8/A-23, onde estiveram à conversa com a população, a ESPAM, e reuniram com a Administração do Hospital do Litoral Alentejano, a fim de se inteirarem sobre os graves problemas de falta de profissionais de saúde. -----

Certamente que os conhecimentos adquiridos nesta visita irão contribuir para a apresentação de propostas na Assembleia da República.” -----

**MOÇÃO – CONTRA UM CANIL INTERMUNICIPAL** -----

Pelo Senhor Rui Vieira, eleito do BE, foi apresentada a seguinte proposta da Moção: ---  
“Os Municípios devem ser o motor de políticas públicas e de respostas institucionais de proximidade, não podem ser as Associações a substituir-se a um trabalho que é da competência dos Municípios, quer no acolhimento de animais abandonados, na esterilização e na promoção da adoção responsável. -----

As Autarquias do Litoral Alentejano, devem implementar novas formas de lidar com a sobrepopulação de animais, proibindo o recurso injustificado e indiscriminado ao abate,

nomeadamente ao abate compulsivo como forma de controlo de populações animais, cumprindo escrupulosamente a Lei 27/2016 que proíbe o abate compulsivo em centros de recolha. -----

Exige-se, neste momento, a modernização e aumento da capacidade dos Canis/gatis Municipais, atualmente designados Centros de Recolha Oficial (CRO), de Odemira, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal, e a sua construção imediata em Sines e Grândola.

Contudo, a intenção da CIMAL é construir um Canil/gatil Intermunicipal, atualmente designado Centro de Recolha Oficial Intermunicipal (CROI), com localização prevista em Santiago do Cacém. -----

Esta intenção, não só, vai contra a redação da Lei 27/2016, que incita a um regime de proximidade às Associações locais e população em geral através do incentivo à modernização/construção de CROs, como visa ser um agrupamento para impedir melhorias nos CROs existentes, comprometendo a prazo a sua existência, assim como, para a não construção onde estes ainda não existem. Os CROI, pela sua localização, longe das povoações das Associações e protetores, de difícil acesso aos voluntários e adotantes, servindo vários Municípios com características diferenciadas, sem laços de proximidade ou afinidade particular entre eles, com gestões de pouca ou nenhuma apetência para o trabalho em prol do bem-estar e da preservação da vida dos animais abandonados, dificilmente terão condições necessárias ao não abate. -----

**A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 22 de junho de 2018: ----  
Manifesta-se contra a intenção da CIMAL em construir um Canil/gatil Intermunicipal, atualmente designado Centro de Recolha Oficial Intermunicipal (CROI).”-----**

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão, começando por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que o projeto referido na Moção mereceu a unanimidade no âmbito da CIMAL, e que o mesmo visa dar mais qualidade de vida aos animais e otimizar os custos. Acrescentou que os diferentes municípios do Litoral Alentejano têm problemas relativamente a este assunto, sendo o Município de Santiago do Cacém aquele que tem melhores condições, dispondo de um Canil que é gerido em parceria com a Associação S. Francisco de Assis. -----

Mais referiu que uma Deputada do BE foi dizer à Comunicação Social que a Câmara Municipal não apoiava devidamente aquela Associação e que tinha uma política de abate dos animais, quando existe, há muitos anos, uma parceria da Autarquia com a mesma, e os dados de dois mil e dezasseis e dezassete indicam a entrada de cento e dezasseis animais naquele equipamento, dos quais cinquenta e cinco foram adotados, onze restituídos aos donos, dezoito morreram de forma natural e foram feitas vinte e quatro eutanásias. Acrescentou que havia alguns anos que a Câmara Municipal não tinha uma política de abate dos animais, recorrendo à eutanásia somente quando os mesmos estão em sofrimento profundo. -----

Mais informou que a Autarquia dispõe de um Veterinário Municipal e de um funcionário, a tempo inteiro, naquele equipamento, e desenvolve campanhas de vacinação e colocação de chips em parceria com a Associação S. Francisco de Assis. -----

Acrescentou que não percebia a razão das afirmações da Deputada do BE e considerou que a mesma devia de ter tido a preocupação de se informar melhor. -----

Relativamente ao Canil Intermunicipal, esclareceu que havia câmaras municipais do Litoral que tinham projetos para construir equipamentos nos seus municípios, mas decidiram apresentar uma candidatura conjunta aos Fundos Comunitários, para um único equipamento, porque tinha mais probabilidade de ser aprovada. O qual se situará no Município de Santiago do Cacém. -----

Acrescentou que o Município de Sines vai ter um Centro de Acolhimento, onde os animais ficarão alguns dias, sendo que, caso os donos não apareçam para os irem buscar, serão encaminhados para o Canil Intermunicipal. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, começando por referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal interpretava a colocação de moções e recomendações como uma ofensa pessoal, quando os eleitos da Assembleia Municipal eram livres para apresentar os seus pontos de vista sobre esta e outras matérias, considerando demagógico o discurso do Senhor Presidente sobre este assunto, porque não foi dito que a Câmara Municipal não tratava bem os animais, sendo que, o que estava em causa era a questão da proximidade. -----

Mais referiu que o BE estava interessado que Santiago do Cacém e os outros municípios tivessem as melhores condições para acolherem os animais, sendo que, o problema era a centralização daquele equipamento, tendo em conta a vasta área do território do Litoral Alentejano. -----

Acrescentou e que as associações podem ajudar mas não devem substituir os municípios nesta ação. -----

Interveio a Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, informando que a União de Freguesias de Santiago do Cacém Santa Cruz e S. Bartolomeu também contribuiu com uma verba para apoiar a Associação S. Francisco de Assis. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que reuniu com a Senhora Presidente da Associação S. Francisco da Assis, a qual deu conta do trabalho da Associação e das suas dificuldades. Acrescentou que a mesma também informou que tinha reunido com o Senhor Vereador Albano Pereira e que tinham sido consertadas ações com a Câmara Municipal para fazer face às situações que se colocam. -----

Mais referiu que transmitiu à Presidente da Associação toda a disponibilidade da AM, para ajudar na resolução dos problemas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com vinte e um votos contra, sendo quinze dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Ludovico, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, dois dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva e Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Cinco abstenções sendo quatro dos eleitos do PS, senhoras Susana Louro Caiado Correia Pádua e Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Senhor Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e uma do eleito da CDU, Senhor Rui Estevam de Matos. -----

Um voto a favor, do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “Votei contra a proposta de Moção, não porque não esteja consciente de que os animais devem ser tratados o melhor possível, mas porque se trata de uma questão que foi aprovada, por unanimidade, na CIMAL, onde estão eleitos dos cinco municípios do Litoral Alentejano, pelo que, não considero aceitável que uma Força Política, sem expressão nacional, ponha em causa aquela decisão, com a apresentação deste tipo de Moção.” -----

-----  
**A partir deste momento, eram vinte e três horas e vinte minutos, verificou-se a ausência do Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU.**-----

-----  
**PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR NO MUNICÍPIO – CANDIDATURA DA CÂMARA MUNICIPAL “INSUCESSO ZERO – IGUALDADE NA EDUCAÇÃO” – ESCLARECIMENTO.**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para um esclarecimento sobre o assunto em epígrafe, relativamente ao qual tinham sido levantadas algumas questões pelo Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de abril do ano em curso. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Senhor Manuel Mourão tinha afirmado naquela Sessão que os agrupamentos de escolas do Município não tinham sido envolvidos no processo daquela Candidatura, pelo que, passou a ler o teor de um e-mail remetido, no dia dezassete de março de dois mil e dezassete, convidado todos os agrupamentos de escolas do Município, para uma reunião, no dia vinte e três do mesmo mês, tendo a mesma como objetivo a apresentação da Candidatura e a articulação dos projetos com os agrupamentos. Acrescentou que só não esteve presente na reunião o Agrupamento de Escolas do Cercal do Alentejo. Mais informou que o Senhor Manuel Mourão esteve presente na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, tendo até sugerido uma visita da Câmara Municipal, à iniciativa “Escola do Futuro”, para conhecer alguns equipamentos escolares na área da informática. Acrescentou que os técnicos municipais da área da Educação e da Informática fizeram uma visita àquela iniciativa. -----

Informou também que este assunto tinha sido abordado, anteriormente, numa reunião com os agrupamentos de escolas, a qual teve lugar no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis. -----

Informou ainda que na reunião do Conselho Municipal de Educação (CME) realizada em vinte e quatro de outubro de dois mil e dezasseis, o Senhor Manuel Mourão, na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, manifestara a sua discordância relativamente à metodologia daquela Candidatura. Mais esclareceu que a opção de que fossem as autarquias a desenvolver o processo, foi de quem gere os Fundos Comunitários. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que interveio no CME na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém. -----

Mais referiu que o que tinha dito na anterior Sessão da AM foi que não tinha havido nenhuma reunião para discutir e coordenar com os agrupamentos de escolas os projetos da Candidatura apresentada pela Câmara Municipal, dos quais só agora teve conhecimento, acrescentando que poucos são os que tem incidência direta nos resultados escolares do seu Agrupamento, continuando também a discordar da metodologia utilizada, dado que os agrupamentos não foram envolvidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Senhor Manuel Mourão esteve presente em duas reuniões onde o assunto foi abordado, nas quais podia ter apresentado sugestões. -----

Mais informou que a opção relativamente aos projetos era da Câmara Municipal, a qual ouviu os agrupamentos das escolas sobre o assunto, acrescentando que o financiamento aprovado para os mesmos, no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2020, era de cerca de novecentos mil euros. -----

Referiu ainda compreender que o Senhor Manuel Mourão tivesse uma posição diferente, mas considerava que estava a faltar à verdade ao afirmar que os agrupamentos de escolas não tinham sido envolvidos no processo. -----

O Senhor Manuel Mourão reiterou que os projetos não tinham sido discutidos com os agrupamentos de escolas do Município. -----

Interveio o Senhor Rui Beles, eleito do BE, referindo que este assunto estava a ser abordado pela segunda vez, sendo que, a discussão se baseava em opiniões e interpretações, não levando a uma conclusão, quando o assunto podia ficar esclarecido através das atas das reuniões referidas.-----

O Senhor Manuel Mourão referiu que ia fazer um requerimento para saber quando tinha sido apresentada aquela Candidatura, tendo em conta as dúvidas que persistiam relativamente à sua apresentação aos agrupamentos.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que também tinha participado em duas reuniões onde o assunto foi abordado, recordando que alguns intervenientes apresentaram sugestões. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

**1. Expediente.**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de abril a junho de dois mil e dezoito, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

**2. Atas**-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 02**, da Sessão Ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e dezassete.-----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referindo que na sequência da sua abstenção relativamente à *Proposta de Recomendação sobre a verba dos Fundos Comunitários alocadas às CIMs, para investimento em obras de requalificação de edifícios*, apresentada naquela reunião pelo Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, tinha declarado que o seu sentido de voto se devia ao facto de não estar esclarecida sobre algumas questões levantadas no âmbito da discussão da mesma. -----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, Chamou a atenção de que o seu nome estava repetido na votação da *Recomendação para eliminação do uso de glifosato*, na qual votou a favor. -----

Não havendo mais pedidos para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **Ata nº 2** a votação, com as alterações referidas, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram os senhores José Matos Cascão da Silva, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Adelaide Júlia Messias de Lemos e João Ludovico, por não terem estado presentes naquela reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

**“3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

--- a) **2ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2018;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e



fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Dezoito à Assembleia Municipal.\*-----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

**Dois** – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do capítulo III, secção I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor**, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Ludovico, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----  
Sete abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **b) 2ª Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2018 a 2021;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Submeter a Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Dezoito à Assembleia Municipal.\*-----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

**Dois** – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º do capítulo III, secção I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com quinze votos a favor**, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Ludovico, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Onze abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de março e abril de 2018, \*documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.-----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, solicitando esclarecimentos sobre as quebras na receita corrente e na receita de capital, constantes do Capítulo IV.1 Situação Financeira do Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a situação tinha a ver, fundamentalmente, com as verbas dos Fundos Comunitários, tendo em conta o atraso verificado com o início das obras no Bairro das Flores, devido à demora do Visto do Tribunal de Contas.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às zero horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_